

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90057/2024

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.682.187/0001-04, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 do Edital 90052/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90052/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

A proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

A empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA também registrou suas contrarrazões tempestivamente.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a Recorrente dispõe acerca de alegada inconsistência referente ausência de comprovação da exequibilidade das propostas de preços.

I – Da ausência de comprovação da exequibilidade das propostas de preços:

Em seu recurso, a empresa TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA alega que:

“Em conformidade com o previsto no item 9.3. f1 e 9.3.c12 do Edital, na hipótese de exigência de cumprimento da exequibilidade, tal como ocorreu, a Recorrida haveria de ter comprovado de forma circunstanciada, que sua proposta de preços era exequível e que não comprometeria o certame, em eventual descumprimento

contratual e sem danos ao erário.

Dada a oportunidade para Recorrida, esta simplesmente apresentou uma mera declaração de exequibilidade, afrontando a regra legal da comprovação contida no artigo 56, V, da Lei nº 13.303/20163, ou seja, não atendeu a exigência do edital.

Destaca-se, que no chat de mensagens do sistema eletrônico, a própria Administração, solicitou de forma direta às 14h23min do dia 07/11/2024, a exigência editalícia nos seguintes termos: *“Solicito encaminhamento da proposta reformula, ajustada ao último lance ou valor negociado para o item 1, bem como a comprovação de exequibilidade dos preços ofertados.”*.

Veja-se, que no primeiro momento, o agente público responsável pela presidência da sessão pública exigiu a comprovação e não uma “declaração” de exequibilidade, metodologia esta, incompatível com a legislação e o próprio Edital, especialmente, no ramo de atividade das licitantes, cujas métricas de cálculos são extremamente complexas.

Reaberta a sessão às 14h04min do dia 08/11/2024, o pregoeiro ao invés de manter-se coerente e legalista na condução de seus atos administrativo, inadvertidamente, solicitou da Recorrida uma mera *“declaração de exequibilidade da proposta comercial enviada...”*, contrariando assim, tanto a Lei, como o Edital, além do seu próprio ato vinculante, exarado via chat no dia anterior, o qual diferentemente, exigiu o cumprimento da exequibilidade corretamente, ou seja, por meio de comprovação, que não, simples declaração.

Reitera-se, que o Pregoeiro limitou-se, no segundo momento, a solicitar uma simples declaração de exequibilidade da proposta pela CONNECTCOM, *sem exigir a devida comprovação por meio de documentos ou estudos de viabilidade, como planilhas de custos, demonstrativos financeiros, convenções coletivas de trabalho, acordos coletivos de trabalho, sentenças normativas ou qualquer outro elemento que evidenciasse a capacidade econômica e técnica da empresa* para a execução do contrato pelos valores propostos, de modo a não gerar prejuízos de toda ordem, seja fiscal, contábil, trabalhista, previdenciária e contratual.

(...)

Portanto, a juízo da Recorrente, esta, entende ser indispensável que a administração pública faça uma análise criteriosa da exequibilidade das propostas, exigindo comprovações objetivas e documentais sempre que necessário, especialmente para propostas com valores muito baixos, conforme jurisprudência atual do TCU.

(...)

Ante o exposto, pugna pelo conhecimento do presente recurso para no mérito requerer a desclassificação da proposta da Recorrida, por não atender as exigências editalícias resultando na apresentação de proposta inexequível contrariando o disposto no instrumento convocatório, na Lei e na jurisprudência vigentes no país, assim como, pugna pela declaração de inabilitação da Recorrida, por restar demonstrada que a substituição de exigência não prevista no instrumento convocatório, enseja de pronto, nulidade do processo, bem como representação da ilegalidade aos órgãos de controle e fiscalização, competentes, a teor de toda fundamentação retro.”.

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA não se manifestou quanto à alegação da Recorrente.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à temática em análise, a exequibilidade da proposta foi comprovada por meio do envio dos documentos que integraram a proposta da Recorrida, a saber: A planilha constante no documento “PROPOSTA COMERCIAL.zip” denominada “PROPOSTA COMERCIAL – CODEVASF.pdf” o qual segue padrão presente no edital 90052/2024, “Anexo VII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS”, bem como a planilha “DFP – CODEVASF.pdf”, integrante também do documento “PROPOSTA COMERCIAL.zip” que tomou por modelo a planilha constante no item 19 ANEXO B - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS da PORTARIA SGD/MGI Nº 6.680, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024. Desta forma, o pregoeiro pediu a declaração de exequibilidade em um segundo momento apenas para reafirmar o compromisso da Recorrida em prestar os serviços presentes no edital 90052/2024 com o preço ofertado.

Além disso, os membros técnicos da comissão de licitação avaliaram, em dois momentos distintos, a exequibilidade da proposta enviada. No momento do aceite da proposta em que se manifestaram da seguinte forma “*Após análise dos arquivos da proposta, não identificamos nenhum impedimento que possa comprometer a execução dos itens objeto deste pregão pela empresa vencedora. Dessa forma, com base na proposta apresentada, confirmamos que a empresa está apta a realizar os serviços solicitados.*” e também no momento de resposta a outros recursos interpostos à habilitação da Recorrida onde se manifestaram da seguinte forma:

“Com base na análise realizada, a proposta da CTC está de acordo com os critérios de exequibilidade definidos no Termo de Referência (TR) e no Edital. Conforme disposto no item 8.1.5 do TR, somente serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

Dessa forma, considerando que a proposta da CTC se encontra acima do limite estipulado, não há indicativos de inexequibilidade, estando, portanto, em conformidade com os parâmetros estabelecidos.”.

Assim, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento do aceite da proposta quanto na habilitação da documentação da Recorrida.

Ademais, após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, não foram encontrados indicativos de inexequibilidade, estando, portanto, em conformidade com os parâmetros estabelecidos.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela Recorrente, na análise do recurso impetrado pela empresa TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.682.187/0001-04, foram considerados os seguintes aspectos:

I – Quanto à ausência de comprovação da exequibilidade das propostas de preços: considerado **IMPROCEDENTE**.

Sendo assim, dada a improcedência dos aspectos analisados, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.682.187/0001-04, sendo mantida a decisão de aceite e habilitação da proposta da



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 Edital 90052/2024.

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Marcos Vinicius Beton Amorim
Pregoeiro – Decisão 1917/2024